

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2015 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul Serrano em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br)

1) Política Operacional

Em 2015, o Sicoob Sul-Serrano completou 20 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2) Nosso Desempenho

2.1) Retornos

	%		p.p
ROE/ROA	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	Var.
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	28,82	28,77	0,05
Médio – anualizado			
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	5,85	5,92	-0,07

2.2) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	63.948	54.348	17,66
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	18.579	11.208	65,77
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.902	2.668	-28,71
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	13.442	11.434	17,56
Receitas com Ato Não Cooperativo	2.305	2.252	2,35
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	39.098	38.949	0,38
Despesas Tributárias	593	333	78,08
Resultado de Participações e outras receitas operacionais e resultado não operacional	3.670	6.502	-43,56
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	20.787	13.015	59,72
Juros ao Capital	13.671	9.061	50,88
Sobras do exercício	42.064	33.278	26,40

Contribuíram para a evolução do Sobra do exercício de 2015:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 17,56%, o resultado da intermediação financeira aumentou 17,66% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 2,35% em relação ao mesmo período de 2014.

Quanto as despesas, o rigor no controle possibilitou que a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2014, fosse de 0,38%, percentual bem inferior a inflação do período.

Houve um aumento de 59,72% na receita de ingressos de depósito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 34%, 5 pontos percentuais acima do alcançado no exercício de 2014.

Foi pago para os associados em 2015 o valor de R\$ 13.671 mil referente a juros ao capital, que é 50,88% maior do que o pago no exercício anterior.

A Sobra do exercício teve um crescimento significativo de 26,40% em relação ao mesmo período de 2014.

2.3) Dados Patrimoniais

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	
Ativos Totais	791.736	634.781	24,73
Centralização Financeira	189.526	137.640	37,70
Carteira de Crédito	579.487	469.635	23,39
Depósitos	486.761	374.596	29,94
Patrimônio Líquido	185.322	148.459	24,83
Patrimônio de Referência (PR)	185.310	138.781	33,53

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2015

O total de ativos atingiu R\$ 791.736 mil ao final de dezembro de 2015, com crescimento de 24,73% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 579.487 mil, com crescimento de 23,39% em relação a 31 de dezembro de 2014.

Os depósitos obtiveram um aumento de 29,94% considerando o mesmo período de 2014, atingindo no final do exercício de 2015 o montante de R\$ 486.761 mil.

O patrimônio líquido cresceu 24,83% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 185.310 mil.

Em 31/12/2015 a inadimplência acima de 90 dias foi de 2,86%, percentual inferior ao verificado no mercado.

2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R\$

Carteira de Crédito	31/12/2015			31/12/2014			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	87.579	4.977	92.556	74.969	7.651	82.620	9.936	12,03%

Empréstimos	119.864	309.244	429.108	106.774	228.806	335.580	93.528	27,87%
Títulos descontados	11.433	33.743	45.176	9.984	30.394	40.378	4.798	11,88%
Conta Corrente	6.125	6.523	12.648	5.766	5.289	11.055	1.593	14,41%
Total	225.001	354.487	579.488	197.493	272.140	469.633	109.855	23,39%

3) Pessoas

Contávamos com 231 colaboradores no final do exercício de 2015, desses 91,77% possuem ensino superior e 43,72% com Certificação Profissional ANBINA (CPA). A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 19.581mil no exercício corrente.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2015, houve uma concentração de 91,14% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 3.849 de 25/03/2010 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2015, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 40 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, as 23 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de (quinze) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Venda Nova do Imigrante – ES, 31 de janeiro de 2016.

Conselho de Administração.

Balço Patrimonial

em 31/12/2015 e de 2014 (em milhares de R\$)

A T I V O	Nota	31/12 2015	31/12 2014
Circulante		527.703	447.028
Disponibilidades		7.885	7.580
Títulos e Valores Mobiliários	3	724	6.185
Carteira Própria		724	6.185
Relações Interfinanceiras	4	189.526	137.640
Centralização Financeira - Cooperativas		189.526	137.640
Operações de Crédito	5	321.206	292.006
Empréstimos e Títulos Descontados		276.125	238.945
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		74.630	71.977
(-) Provisão para Operações de Crédito		(29.549)	(18.916)
Outros Créditos	6	4.549	2.931
Rendas a Receber		2.903	1.774
Diversos		1.649	1.162
(-) Prov. para Outros Créditos de Liq.		(3)	(5)
Duvidosa			
Outros Valores e Bens	7	3.813	686
Outros Valores e Bens		3.799	658
Despesas Antecipadas		14	28
Não Circulante		264.033	187.753
Realizável a Longo Prazo		237.038	165.872
Títulos e Valores Mobiliários	3	5.649	4.611
Carteira Própria		5.649	4.611
Operações de Crédito	5	228.732	158.713
Empréstimos e Títulos Descontados		210.806	148.069
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		17.926	10.644
Outros Créditos	6	2.657	2.548
Diversos		2.657	2.548
Permanente		26.995	21.881
Investimentos	8	20.666	16.337
Participação em Cooperativas		20.666	16.337
Imobilizado de Uso	9	6.031	3.983
Imóveis de Uso		796	796
Outras Imobilizações de Uso		11.337	6.571
(-) Depreciações Acumuladas		(6.102)	(3.384)
Intangível	10	298	381
Ativos Intangíveis		828	823
(-) Amortização Acumulada		(530)	(442)
Diferido	11	-	1.180
Gastos de Organização e Expansão		379	3.095
(-) Amortização Acumulada		(379)	(1.915)
TOTAL		791.736	634.781
P A S S I V O	Nota	31/12 2015	31/12 2014
Circulante		580.926	469.737
Depósitos	12	486.761	374.596
Depósito à Vista		102.930	88.271
Depósito Sob Aviso		8.838	9.515
Depósito a Prazo		374.993	276.810
Relações Interfinanceiras		68.762	16
Repasse Interfinanceiros	13.1	68.749	-
Correspondentes		13	16
Relações Interdependências		2.351	15
Recursos em Trânsito de Terceiros	14	2.351	15
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	13.2	7.474	79.175
Empréstimos no País - Outras Instituições		7.474	79.175
Outras Obrigações		15.578	15.935
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	15.3	106	78
Sociais e Estatutárias	15.1	8.081	5.104
Fiscais e Previdenciárias	15.2	1.314	2.284
Diversas	15.3	6.077	8.469
Não Circulante		25.488	16.585
Exigível a Longo Prazo			
Relações Interfinanceiras		22.823	-
Repasse Interfinanceiros	13.1	22.823	-
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	13.2	-	14.032
Empréstimos no País - Outras Instituições		-	14.032
Outras Obrigações	15.3f	2.665	2.553
Diversas		2.665	2.553
Patrimônio Líquido	17	185.322	148.459
Capital Social		116.524	93.656
De Domiciliados No País		117.354	97.220
(-) Capital a Realizar		(830)	(3.564)
Reserva de Sobras		54.121	41.947
Sobras Acumuladas		14.677	12.856
TOTAL		791.736	634.781

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Sobras ou Perdas

em 31/12/2015 e de 2014 (em milhares de R\$)

	Nota	2º SEM.2015	31/12/2015	31/12/2014
Ingressos da Intermediação Financeira		61.424	113.533	85.142
Operações de Crédito		60.697	112.130	84.276
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		727	1.403	866
Dispêndios da Intermediação Financeira		(39.625)	(68.164)	(42.002)
Operações de Captação no Mercado		(24.883)	(42.768)	(25.773)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	13.3	(3.763)	(6.817)	(5.021)
Provisão para Operações de Créditos		(10.979)	(18.579)	(11.208)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		21.799	45.369	43.140
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais		117	(1.797)	(8.355)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		2.803	5.332	4.204
Rendas (Ingressos) de Tarifas		4.131	8.110	7.230
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(10.305)	(19.581)	(17.737)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas		(8.481)	(16.370)	(14.538)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(394)	(593)	(333)
Ingressos de Depósitos Interooperativos		12.689	20.787	13.015
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	20	2.039	3.665	6.478
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	21	(2.365)	(3.147)	(6.674)
Resultado Operacional		21.916	43.572	34.785
Resultado Não Operacional	22	5	5	24
Resultado Antes da Tributação e Participações		21.921	43.577	34.809
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	(532)
Participações nos Resultados de Empregados		(777)	(1.513)	(999)
Sobras / Perdas antes das Destinações		21.144	42.064	33.278
Destinações legais e Estatutárias		-	(13.716)	(11.361)
F.A.T.E.S.		-	(3.042)	(2.012)
Reserva Legal		-	(10.674)	(9.349)
Resultado antes do Juros ao Capital		21.144	28.348	21.917
Juros ao Capital	19	(13.671)	(13.671)	(9.061)
Sobras / Perdas Líquidas		7.473	14.677	12.856

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações Patrimônio Líquido

em 31/12/2015 e de 2014 (em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar			
Saldo em 31/12/13	75.215	(229)	32.598	9.938	117.522
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Ao Capital	9.893	-	-	(9.893)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados	-	-	-	(45)	(45)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	8.623	(3.335)	-	-	5.288
Por Devolução (-)	(4.089)	-	-	-	(4.089)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	33.278	33.278
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(9.061)	(9.061)
Subscrição do Juros ao Capital	8.913	-	-	-	8.913
IRRF sobre Juros ao Capital	(1.335)	-	-	-	(1.335)
Fates Atos Não Cooperativos				(843)	(843)
Destinação das Sobras do Exercício:					
Fundo de Reserva	-	-	9.349	(9.349)	-
F A T E S	-	-	-	(1.169)	(1.169)
Saldos em 31/12/14	97.220	(3.564)	41.947	12.856	148.459
Saldo em 31/12/14	97.220	(3.564)	41.947	12.856	148.459
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Ao FATES	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	1.500	(1.500)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-
Ao Capital	11.288	-	-	(11.288)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados	-	-	-	(68)	(68)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	3.124	2.734	-	-	5.858
Por Devolução (-)	(4.813)	-	-	-	(4.813)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	42.064	42.064
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(13.671)	(13.671)
Subscrição do Juros ao Capital	13.440	-	-	-	13.440
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.597)	-	-	-	(2.597)
IRRF sobre Juros ao Capital	(308)	-	-	-	(308)
Fates Atos Não Cooperativos				(1.708)	(1.708)
Destinação das Sobras do Exercício:					
Fundo de Reserva	-	-	10.674	(10.674)	-
F A T E S	-	-	-	(1.334)	(1.334)
Saldos em 31/12/15	117.354	(830)	54.121	14.677	185.322
Saldo em 30/06/15	106.252	(598)	43.447	20.920	170.021
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	3.503	(232)	-	-	3.271
Por Devolução (-)	(2.936)	-	-	-	(2.936)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	21.144	21.144
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(13.671)	(13.671)
Subscrição do Juros ao Capital	13.440	-	-	-	13.440
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.597)	-	-	-	(2.597)
IRRF sobre Juros ao Capital	(308)	-	-	-	(308)
Fates Atos Não Cooperativos				(1.708)	(1.708)
Destinação das Sobras do Exercício:					
Fundo de Reserva	-	-	10.674	(10.674)	-
F A T E S	-	-	-	(1.334)	(1.334)
Saldos em 31/12/15	117.354	(830)	54.121	14.677	185.322

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31/12/2015 e de 2014 (em milhares de R\$)

	DESCRİÇÃO	2º SEM.2015	31/12/2015	31/12/2014
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações		21.921	43.577	34.809
IRPJ / CSLL		-	-	(532)
Participações nos Resultados de Empregados		(777)	(1.513)	(999)
Depreciações e Amortizações		673	1.328	1.214
Provisão de Juros ao Capital		(13.671)	(13.671)	(9.061)
Provisão para perda com operações de crédito		10.979	18.579	11.208
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado		1	9	34
Resultado da venda de Ativo Imobilizado		(1)	(1)	-
		19.125	48.308	36.673
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Titulos e Valores Mobiliários		5.603	4.423	(2.417)
Relações Interfinanceiras		198	-	-
Operações de Crédito		(34.080)	(117.798)	(87.393)
Outros Créditos		(498)	(1.727)	(904)
Outros Valores e Bens		(3.039)	(3.127)	266
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos a Vista		(2.977)	14.659	12.314
Depósitos sob Aviso		(232)	(677)	(766)
Depósitos a Prazo		45.373	98.183	78.933
Outras Obrigações		4.560	(476)	4.771
Relações Interfinanceiras		91.581	91.569	4
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(98.831)	(85.733)	14.676
Relações Interdependências		2.212	2.336	(56)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		28.995	49.940	56.101
Atividades de Investimentos				
Aplicação no Intangível		-	-	(40)
Aplicação no Diferido		-	(13)	(72)
Inversões em Imobilizado de Uso		(1.337)	(2.108)	(1.614)
Inversões em Investimentos		(694)	(4.329)	(2.619)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(2.031)	(6.450)	(4.345)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		3.271	5.858	5.288
Devolução de Capital à Cooperados		(2.936)	(4.813)	(4.089)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	(68)	(45)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		(1.708)	(1.708)	(843)
FATES Sobras Exercício		(1.334)	(1.334)	(1.169)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados		231	231	148
Subscrição do Juros ao Capital		13.440	13.440	8.913
IRRF sobre Juros ao Capital		(308)	(308)	(1.335)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		8.059	8.701	6.868
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades		35.023	52.191	58.624
Modificações em Disponibilidades Líquida				
No Início do Período		162.388	145.220	86.596
No Fim do Período		197.411	197.411	145.220
Variação Líquida das Disponibilidades		35.023	52.191	58.624

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

em 31/12/2015 e de 2014 (em milhares de R\$)

1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pela administração ou pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de 15/01/2016.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subseqüente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Resolução CMN nº 1.376/2011.

2. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SUL-SERRANA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 02/05/1995, filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SUL-SERRANO possui 20 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BREJETUBA - ES, AFONSO CLÁUDIO - ES, MARECHAL FLORIANO - ES, IUNA - ES, IBATIBA - ES, IRUPI - ES, CONCEIÇÃO DO CASTELO - ES, MUNIZ FREIRE - ES, VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES, DOMINGOS MARTINS - ES, CARIACICA - ES, IBITIRAMA - ES, VITÓRIA - ES, LARANJA DA TERRA - ES

O SICOOB SUL-SERRANO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 02 de março de 2006 ocorreu a transformação do SICOOB SUL-SERRANO para entidade de "Livre Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 10 de agosto de 2006.

Notas Explicativas

valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	2015	2014
Caixa e depósitos bancários	7.885	7.580
Relações interf. - centralização financeira	189.526	137.640
TOTAL	197.411	145.220

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, refinçadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro-rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta dessas questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do Bancob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/2008, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuíram para o aumento do resultado de mais de um exercício social.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro-rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2015** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de Dezembro de 2015**

3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em **31 de Dezembro de 2015** e **2014**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Título De Renda Fixa	6.373	10.796
TOTAL	6.373	10.796

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificadas de Depósitos Interbancários - CDI, no **SICOOB CENTRAL ES**, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

4. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de **2015** e **2014**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	2015	2014
Centralização Financeira - Cooperativas	189.526	137.640
TOTAL	189.526	137.640

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL ES**.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	1.044	-	1.044	1.220
Empréstimos	209.241	181.887	391.128	301.344
Títulos Descontados	45.176	-	45.176	40.378
Financiamentos	20.664	28.919	49.583	44.072
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	74.630	17.926	92.556	82.621
(-) Provisões para Operações de Crédito	(29.549)	-	(29.549)	(18.916)
TOTAL	321.206	228.732	549.938	450.719

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empr. / TD	A/D/ Cheque Especial / Conta Garant.	Financ.	Financ. Rurais	Total		Prov. 31/12 2014	Prov. 31/12 2014
					31/12 2015	31/12 2014		
AA -	Nor.	23.886	0	1.723	752	26.361		30.524
A	0,5% Nor.	207.672	1.761	27.439	33.611	270.483	1.352	238.249
B	1% Nor.	118.922	6.987	12.323	54.572	192.804	1.929	139.333
B	1% Venc.	2.739	27	1.340	35	4.141	41	4.199
C	3% Nor.	21.529	1.910	4.001	3.041	30.481	914	19.329
C	3% Venc.	2.939	53	772	69	3.833	115	2.745
D	10% Nor.	10.439	775	262	113	11.589	1.159	12.174
D	10% Venc.	3.266	59	399	22	3.746	375	3.673
E	30% Nor.	10.006	149	37	62	10.254	3.076	1.237
E	30% Venc.	2.244	36	213	24	2.517	755	2.718
F	50% Nor.	431	90	42	13	576	288	637
F	50% Venc.	1.741	48	198	0	1.987	994	527
G	70% Nor.	6.487	96	0	0	6.583	4.608	5.682
G	70% Venc.	564	46	16	0	626	438	1.036
H	100% Nor.	1.121	296	7	180	1.604	1.603	3.096
H	100% Venc.	10.713	316	811	62	11.902	11.902	4.476
Total Normal		400.493	12.064	45.834	92.344	550.735	14.929	450.261
Total Vencidos		24.206	585	3.749	212	28.752	14.620	19.374
Total Geral		424.699	12.649	49.583	92.556	579.487	29.549	469.635
Provisões	(25.890)	(1.056)	(1.507)	(1.096)	(29.549)	(38.098)	(18.916)	(30.797)
Total Líquido		398.809	11.593	48.076	91.460	549.938		450.719

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	79.264	118.372	181.887	379.523
Títulos Descontados	42.070	3.106	0	45.176
Financiamentos	6.335	14.328	28.919	49.582
Financ. Rurais	10.562	64.068	17.926	92.556
TOTAL	138.231	199.874	228.732	566.837

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empr./ Financ.	Título Desc.	Crédito Rural	31/12 2015	% da Cart.
Setor Privado - Comércio	1.659	70.781	13.376	0	85.816	15%
Setor Privado - Indústria	380	8.862	3.382	0	12.624	2%
Setor Privado - Serviços	4.372	214.148	16.706	1.619	236.845	41%
Pessoa Física	6.126	119.864	11.433	87.579	225.002	39%
Outros	112	15.451	279	3.358	19.200	3%
TOTAL	12.649	429.106	45.176	92.556	579.487	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	18.916	14.213
Constituições	18.580	11.225
Transferência para prejuízo	(7.947)	(6.522)
TOTAL	29.549	18.916

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12 2015	% Cart. Total	31/12 2014	% Cart. Total
	Maiores Devedores	11.002	1,90%	17.000
10 Maiores Dev.	88.330	15,24%	79.896	17,01%
50 Maiores Dev.	208.424	35,97%	167.778	35,73%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	2015	2014
Saldo inicial	21.118	17.799
Valor das op. transferidas no período	7.947	6.522
Valor das op. recuperadas no período	(1.908)	(2.668)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	50	51
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(388)	(586)
TOTAL	26.819	21.118

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2015	31/12/2014
Rendas A Receber	2.902	1.774
Serviços Prestados a Receber	362	29
Outras Rendas a Receber (a)	2.540	1.745
Diversos	4.304	3.705
Adiant. e Antecipações Salariais	170	125
Adiant. por Conta de Imobilizações	11	3
Dev. por Compra de Valores e Bens	304	565
Dev. por Depósitos em Garantia (b)	2.657	2.548
Impostos e Contr. a Compensar (c)	601	3
Pagamentos a Recessarir	80	62
Títulos e Créditos a Receber	297	287
Devedores Diversos - País	187	117
(-) Provisões Para Outros Créditos	-3	(5)
TOTAL	7.206	5.479

(a) A maior representatividade desse grupo refere-se a Centralização financeira no montante de R\$ 2.431 mil;

(b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 477), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 2.180);

(c) Refere-se a impostos federais a serem compensados.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Bens Não de Uso Próprio (a)	3.672	648
Material em Estoque	127	10
Despesas Antecipadas (b)	14	28
TOTAL	3.813	686

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, assinatura de periódicos e outros.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Participações em cooperativa central de crédito	15.462	13.127
Participações inst financ controlada coop crédito	5.204	3.210
TOTAL	20.666	16.337

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12 2015	31/12 2014	Taxa Depr.
Imobilizado em Curso	519	636	(*)
Edificações	796	796	4%
Instalações	4.861	694	10%
Móveis e equipamentos de Uso	2.190	1.772	10%
Sistema de Comunicação	269	237	10%
Sistema de Proce.s de Dados	2.606	2.445	20%

em 30/06/2015 e de 2014 (em milhares de R\$)

Notas Explicativas

Sistema de Segurança	792	688	10%
Sistema de Transporte	100	100	20%
(-) Total Depr. Acumulada	-6.102	-3.384	
TOTAL	6.031	3.984	

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12 2015	31/12 2014
Outros Ativos Intangíveis	828	823
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	-530	-442
TOTAL	298	381

O valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se a 19 licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida em 01/06/2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

11. Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reforma de PAs.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Gastos em Imóveis de Terceiros	258	2.792
Constituição e Reestruturação da Sociedade	0	177
Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Lógicos	121	121
Instalação e Adaptação de dependências	0	5
(-) Amortização Acumulada do Diferido	-379	-1.915
TOTAL	0	1.180

12. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depósito à Vista	102.930	88.271
Depósito Sob Aviso	8.838	9.515
Depósito a Prazo	374.993	276.810
TOTAL	486.761	374.596

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantido pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN n° 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12 2015	% Cart. Total	31/12 2014	% Cart. Total
Maior Depositante	23.973	5,01%	21.563	5,84%
10 Maiores Deposit.	83.435	17,43%	73.355	19,86%
50 Maiores Deposit.	148.442	31,01%	126.870	34,34%

Foi instituído no Sicoob Central ES o FGF – Fundo de Garantia e Fomento do Sicoob Espírito Santo, que objetiva fortalecer as cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES, disponibilizando recursos para: a cobertura adicional nos termos do FGCoop até o limite de R\$ 100 (cem mil) por CPF/CNPJ; expansão dos negócios pela abertura e modernização de pontos de atendimento e incorporação, fusão ou liquidação judicial ou extrajudicial de cooperativas filiadas.

13. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

No segundo semestre de 2015 os recursos de repasse contratos com o Bancoob e Sicoob Central ES foram reclassificados de obrigações por empréstimos e repasses para o grupo de relações interfinanceiras, para melhor adequação a natureza dos contratos.

13.1 Relações Interfinanceiras:

Instituições	Taxa	Venc.	31/12/2015		31/12 2014
			Circ. Até 1 ano	Não Circ. Acima de 1 ano	
BANCOOB	Div.	Div.	56.304	15.278	-
Sicoob Central ES	Div.	Div.	12.445	7.545	-
Total			68.749	22.823	-

13.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Venc.	31/12/2015		31/12 2014
			Circ. Até 1 ano	Não Circ. Acima de 1 ano	
Sicoob Central ES	Div.	Div.	7.474	-	16.692
BANCOOB	Div.	Div.	-	-	76.515
Total			7.474	-	93.207

13.3 Resultado das Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
BANCOOB	4.619	3.336
Sicoob Central ES	2.198	1.685
Total	6.817	5.021

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	2.351	15
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	-	-
Total	2.351	15

Trata-se de cheques emitidos contra ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

15. Outras Obrigações**15.1 Sociais e Estatutárias**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Provisão Para Participações Nos Lucros (a)	1.442	999
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (b)	4.730	2.773
Gratificações E Participações A Pagar (c)	43	0
Cotas De Capital A Pagar (d)	1.866	1.332
TOTAL	8.081	5.104

(a) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 1.442 (um milhão, quatrocentos e quarenta e dois mil), a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento efetivado em 29/01/16.

(b) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(c) Refere-se a gratificações de produtividade de dirigentes a pagar.

(d) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	0	170
Impostos e contribuições a recolher	1.314	2.114
TOTAL	1.314	2.284

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Cheques administrativos	-	3.416
Despesas de Pessoal	1.538	1.319
Outras Despesas Administrativas (a)	937	1.450
Credores Diversos – Países	744	476
Cheques Descontados (b)	810	608
Obrigações por prestação de serviços de pagamento (c)	1.771	1.199
Outras (e)	113	79
Provisão para Garantias Prestadas	270	-
Provisão para Passivos Contingentes (f)	2.665	2.553
Total	8.848	11.100

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com

aluguéis R\$ 70 mil, custódia de valores R\$ 9 mil, comunicações R\$ 108 mil, segurança e vigilância R\$ 6 mil, manutenção e conservação de bens R\$ 8 mil, transporte R\$ 70 mil, seguro R\$ 284 mil, plano de saúde R\$ 7 mil, compensação R\$ 219 mil, seguros a recolher R\$ 4 mil, provisão de despesas com cartões R\$ 116 mil, outras R\$ 36 mil;

(b) Refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2015;

(c) Refere-se aos convênios de folhas de pagamento com empresas associadas;

(d) Refere-se a cobrança e arrecadação de tributos e fornecedores;

(e) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	2015		2014	
	Prov. p/ conting.	Deposit. judiciais	Prov. p/ conting.	Deposit. judiciais
PIS (a)	477	477	402	402
COFINS (a)	2.180	2.180	2.074	2.074
INSS (b)	-	-	72	72
Outras (c)	8	-	5	-
Total	2.665	2.657	2.553	2.548

a) PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia;

b) Os valores depositados em juízo, pertinentes ao processo do INSS sobre cédulas de presença, foram convertidos em pagamento definitivo após decisão final do processo;

c) Refere-se a ações de indenização por danos morais e materiais.

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB SUL-SERRANO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido**a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social	116.524	93.656
Associados	34.521	31.491

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular n° 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei n° 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de março de 2015, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 11.356 mil e destinação para o Fundo de Reserva de R\$ 1.500 mil.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2015	2014
Sobra líquida do exercício	28.393	24.217
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(1.708)	(829)
Lucro líquido decorrente de resultado não-operacional apropriado ao FATES	-	(14)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	26.685	23.374
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 40%	(10.674)	(9.349)

Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.334)	(1.169)
Sobra à dispor. da Assembleia Geral	14.677	12.856

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receita de prestação de serviços	2.741	2.252
Despesas específicas de atos não cooperativos	(394)	(325)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(644)	(575)
Resultado operacional	1.703	1.352
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	5	24
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.708	1.376
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	1.708	829

19. Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou pagamento de juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme circular BACEN n° 2.739/1997.

Descrição	2015	2014
Juros ao Capital	13.671	9.061
IRRF sobre juros ao capital	(308)	(1.357)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(231)	(126)
Creditado em Conta Corrente (a)	(2.597)	-
Valor incorporado a conta capital (a)	10.535	7.578

(a) Na mesma data do pagamento do juros ao capital incorporado, parte dele foi devolvido e creditado na conta corrente do associado, no montante de R\$ 2.597 mil.

20. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2015	2014
Recuperação de despesas diversas	139	4.691
Rendas de repasses delcredere	681	281
Reversão de provisões operacionais	-	13
Dividendos (a)	938	-
Rendas de Juros Cartão de crédito	1.040	-
Rendas multas por Atraso cartão de Crédito	430	-
Rendas Intercâmbio – Cartão de Crédito	307	-
Rendas Intercâmbio – Cartão de Débito	120	-
Outras	10	1.493
Total	3.665	6.478

a) É referente ao recebimento das distribuições de sobras do Sicoob Central ES R\$ 616 mil e Recebimento de dividendos do Bancoob no valor de R\$ 322.

21. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2015	2014
Descontos concedidos - operações de crédito	842	852
Contribuição ao fundo garantidor de depósitos	-	232
Fundo de Desenvolvimento (a)	1.113	4.869
Bonificação de Seguro Prestamista	2	6
Correspondente Bancário	159	136
Cancelamento de Tarifas Pendentes	569	532
Provisão para Garantias Prestadas	269	-
Pis Judicial	54	-
Multas e Juros	10	-
Desconto Concedido Operação de Crédito Pessoal	11	-
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento Fraudes Externas	49	-
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento Perdas Operacionais	28	-
Diversos	41	47
Total	3.147	6.674

a) Refere-se a Fundo de Garantia e Fomento do Sicoob Espírito Santo que objetiva disponibilizar recursos para: a cobertura adicional nos termos do FGCoop; expansão dos negócios pela abertura e modernização de pontos de atendimento.

22. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Lucro na alienação de valores e bens	1	24
Ganho de capital	61	77
Prejuízo na alienação de valores e bens	(4)	(4)
Perdas de capital	(16)	(44)
Outras despesas não operacionais	(8)	(29)
Perdas com Fraudes Externas	(21)	-
Perdas Práticas Inadequadas	(6)	-
Perdas Falhas De Gerenciamento	(2)	-
Resultado líquido	5	24

Notas Explicativas

em 31/12/2015 e de 2014 (em milhares de R\$)

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2015:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 7.020	0,36
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 4.534	1,25

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2015:

OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROV. PARA CRÉDITO DE LIQ. DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Cheque Especial, Conta Garantida e Adiantamento a Depositante.	35	(2)	0,27
Crédito Rural	1.320	(14)	1,43
Empréstimo	1.144	(20)	0,27
Títulos Descontados	105	(1)	0,23

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2015			
Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	788	0,77	-
Depósitos a Prazo	11.377	2,96	90% a 100% do CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	6,97% a.m.	6,97% a.m.
Conta Garantida	5,97% a.m.	5,97% a.m.
Desconto de Cheques	1,70% a 4,00% a.m.	1,70% a 4,00% a.m.
Empréstimos	0,95% a 4,85% a.m.	0,95% a 4,85% a.m.
Crédito Rural - RPL	CDI+0,30% a CDI+3,00% a.m.	CDI+0,30% a CDI+3,00% a.m.
Crédito Rural - Repasses	1,25% a 2,80% a.m.	1,25% a 2,80% a.m.
Aplicação Financeira	2,50% a 10,50%+TR a.a.	2,50% a 10,50%+TR a.a.
	90% a 100% do CDI	90% a 100% do CDI

No exercício de 2015, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida, previdência privada e vale alimentação, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS EXERCÍCIO DE 2015 (R\$ mil)	
Honorários e Cédula de Presença	817
Remuneração	547
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	40

24. Cooperativa Central

O COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO -

SICOOB SUL-SERRANO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL-SERRANO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL ES, em 31/12/2015, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29/01/2016, com opinião sem modificação.

25. Gerenciamento de Risco

25.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB SUL-SERRANO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB SUL-SERRANO aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB SUL-SERRANO possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

25.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB SUL-SERRANO objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB SUL-SERRANO aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias

de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB SUL-SERRANO possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

25.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB SUL-SERRANO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, SICOOB SUL-SERRANO aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

(a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;

(b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e

(c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

26. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2015, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$40.294 mil, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, de 28/02/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2015	2014
Patrimônio de Referência	185.310	138.781
Margem de Compatibilização	109.660	82.369
Índice da Basileia	31,84%	31,98%
Margem de Imobilização	86.339	64.439

29. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB SUL-SERRANO, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R\$ 10 mil (dez mil).

VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES, 31 de dezembro de 2015

Tânia Aparecida Uliana Torres
Diretora Executiva
CPF: 752.444.207-63

Eliane Gomes Zandonadi
Diretora Operacional
CPF: 753.269.907-25

Fábia Lorena Rosi Mantovanelli
Contadora – CRC/ES-013868/O-8
CPF: 007.835.517-62

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO

Venda Nova do Imigrante - ES

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo - SICOOB SUL-SERRANO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo - SICOOB SUL-SERRANO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo - SICOOB SUL-SERRANO em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte, 21 de março de 2016.



Antonio Alberto Sica
Contador CRC MG 080.030-0 "S" ES
CNAI 1845

Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul-Serrano, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – CNAC, datado de 21 de Março de 2016, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Venda Nova do Imigrante/ES, 23 de Março de 2016.

Alberto Falqueto
Coordenador do Conselho Fiscal

Rodrigo Pizzol Ventorim
Secretário do Conselho Fiscal

Antelmo Cardoso
Conselheiro Fiscal - Efetivo